

RG/CPF e/ou Número da Carteira da Ordem dos Advogados do Brasil:

ORIENTAÇÕES GERAIS:

- Essa avaliação tem o valor de 40 pontos. Questões objetivas com valor de 2,0 pontos cada.
- Leia atentamente as instruções gerais e as instruções específicas para cada questão.
- Não serão aceitas respostas a lápis, em hipótese alguma. **Não serão aceitas as questões rasuradas.**
- Registre as respostas das questões OBJETIVAS no gabarito abaixo, assinalando com um X a alternativa correspondente.
- Responder as questões subjetivas na folha de respostas.
- A avaliação terá duração de 4h.

QUESTÕES OBJETIVAS

GABARITO									
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
A	A	A	A	A	A	A	A	A	A
B	B	B	B	B	B	B	B	B	B
C	C	C	C	C	C	C	C	C	C
D	D	D	D	D	D	D	D	D	D
E	E	E	E	E	E	E	E	E	E

GABARITO									
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
A	A	A	A	A	A	A	A	A	A
B	B	B	B	B	B	B	B	B	B
C	C	C	C	C	C	C	C	C	C
D	D	D	D	D	D	D	D	D	D
E	E	E	E	E	E	E	E	E	E

Questão 6: anulada.

QUESTÕES

1. (OAB) Sobre o poder discricionário, pode-se afirmar:

A. Possui o mesmo valor que o poder arbitrário, posto que se iguala à vinculada pela maior liberdade de ação que é conferida ao administrador.

B. Relaciona-se à prática de atos administrativos com liberdade na escolha de sua conveniência, oportunidade e conteúdo.

C. Não se justifica pela impossibilidade de o legislador catalogar na lei todos os atos que a prática administrativa exige.

- D. Não se sujeita aos condicionamentos externo e interno, ou seja, pelo ordenamento jurídico e pelas exigências do bem comum e da moralidade.
- E. Tem por objetivo ordenar, coordenar, controlar e corrigir as atividades administrativas, no âmbito interno da Administração pública.

2. (ENADE) Analise o seguinte texto:

Em outra oportunidade, com a intenção de conceituar o termo “necessidade temporária”, empregado pelo art. 37, inciso IX, da Constituição da República, anotei: É temporário aquilo que tem duração prevista no tempo, o que não tende à duração ou à permanência no tempo. A transitoriedade põe-se como uma condição que indica ser passageira a situação, pelo que o desempenho da função, pelo menos pelo contratado, tem o condão de ser precário. A necessidade que impõe o comportamento há de ser temporária, segundo os termos constitucionalmente traçados. Pode--se dar que a necessidade do desempenho não seja temporária, que ela até tenha de ser permanente. Mas a necessidade, por ser contínua e até mesmo ser objeto de uma resposta administrativa contida ou expressa num cargo que se encontre, eventualmente, desprovido, é que torna aplicável a hipótese constitucionalmente manifestada pela expressão “necessidade temporária”. Quer-se, então, dizer que a necessidade das funções é contínua, mas aquela que determina a forma especial de designação de alguém para desempenhá-las sem o concurso e mediante contratação é temporária. Assim, poderia haver a contratação para atender a necessidades temporárias de uma atividade que pode, ou não, ser permanente e própria do órgão da Administração Pública. O que deve ser temporária é a necessidade, e não a atividade. O Estado deve dar uma resposta certa, no tempo correto; deve ser eficaz em suas ações. Deve fazer mais com menos recursos.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. ADI nº 3.386/DF. Rel. Min. Cármen Lúcia. Julgamento em: 14/04/2011, publicada no DJe n.º 162, de 24/08/2011. Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br>>. Acesso em: 13 jul. 2012.

A necessidade temporária de contratação pela Administração Pública, objeto de análise no voto acima transcrito, encontra fundamento constitucional no princípio da

- A. legalidade.
- B. impessoalidade.
- C. moralidade.
- D. publicidade.
- E. eficiência.**

3. (ENADE) “A nomeação de cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, da autoridade nomeante ou de servidor da mesma pessoa jurídica investido em cargo de direção, chefia ou assessoramento, para o exercício de cargo em comissão ou de confiança, ou ainda de função gratificada na administração pública direta e indireta em qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, compreendido o ajuste mediante designações recíprocas, viola a Constituição Federal.”

Súmula Vinculante nº 13 do Supremo Tribunal Federal.

Com base na leitura dessa súmula, é CORRETO afirmar que o STF sedimentou o entendimento de que:

- I. o patrimonialismo deve ser banido definitivamente da prática existente na Administração Pública.
- II. a proibição da prática do nepotismo não se estende às empresas públicas e às sociedades de economia mista.
- III. as nomeações de administradores públicos devem obedecer aos princípios da moralidade e da impessoalidade previstos na Constituição brasileira.
- IV. as vedações previstas no enunciado sumulado impedem o exercício de cargo público provido por meio de concurso público de provas e títulos.

Estão CORRETAS as afirmativas

- A. , I, II e IV, havendo relação de complementação entre elas.
- B. III e IV, existindo uma relação de suplementação entre as afirmativas.
- C. I e IV, de modo que a primeira afirmação denota sentido oposto à última.
- D. I e III, existindo uma relação de complementação entre as afirmativas.**
- E. II e IV, de modo que as afirmações denotam sentidos distintos.

4. (MPT-MT) Jorge, sob grave ameaça, ao ver apontados contra si dois revólveres empunhados por dois agentes delituosos, teve subtraídos bens próprios e de terceiros que ele guardava.

Considerando a assertiva, assinale a alternativa correta. Trata-se de

- A . concurso formal de roubos.
- B. um único crime de roubo com uma qualificadora.
- C . concurso material de roubos.
- D. um único crime de roubo, mas duplamente qualificado.
- E. roubo continuado.

5. (MP-PB) Nos termos do Código Penal, pune-se o crime tentado com a pena correspondente ao crime consumado, diminuída de um a dois terços. Para o Supremo Tribunal Federal, a pena será diminuída

A considerando as circunstâncias judiciais do artigo 59, do Código Penal.

B tomando-se por base os antecedentes e a personalidade do acusado.

C com base nas condições de ordem subjetiva do autor do delito.

D na proporção inversa do *iter criminis* percorrido pelo agente.

E de forma equitativa ao dano causado à vítima do crime

6. Jorge, sob grave ameaça, ao ver apontados contra si dois revólveres empunhados por dois agentes delituosos, teve subtraídos bens próprios e de terceiros que ele guardava. (ANULADA)

Considerando a assertiva, assinale a alternativa correta. Trata-se de

- A. concurso formal de roubos.
- B. um único crime de roubo com uma qualificadora.
- C. concurso material de roubos.
- D. roubo continuado.
- E. um único crime de roubo, mas duplamente qualificado

7. (PC-ES) Assinale a alternativa que apresenta crimes que admitem a forma culposa.

A. Homicídio, lesão corporal e emprego irregular de verbas ou rendas públicas.

B. Concussão, injúria e dano.

C. Prevaricação, homicídio e omissão de socorro.

D. Homicídio, lesão corporal e peculato.

E. Advocacia administrativa, dano e lesão corporal.

8. (Prefeitura de Jacutinga-MG) De acordo com o Código de Processo Penal, é CORRETO afirmar que:

A. A prisão poderá ser efetuada em qualquer dia e a qualquer hora, independentemente se for dentro ou fora do domicílio da pessoa que venha a ser presa.

B. O emprego da força para prender qualquer pessoa é a regra e sempre será usada para os casos de resistência ou de tentativa de fuga do preso.

C. Ninguém poderá ser preso senão em flagrante delito ou por ordem escrita e fundamentada da autoridade judiciária competente, em decorrência de sentença condenatória transitada em julgado ou, no curso da investigação ou do processo, em virtude de prisão temporária ou prisão preventiva.

D. As pessoas presas provisoriamente não necessitam ficar separadas das que já estiverem definitivamente condenadas.

9. (Instituto AOCF) Segundo a doutrina, prova é o conjunto de elementos produzidos pelas partes e/ou pelo Juiz, visando à formação do convencimento quanto a atos, fatos e circunstâncias. Nesse contexto, referente à matéria de provas prevista no Código de Processo Penal, assinale a alternativa correta.

A. Antes de proferir a sentença, o Juiz pode, de ofício, determinar a realização de diligências complementares para esclarecer ponto relevante.

B. A prova obtida por meios ilícitos não será admitida no processo, porém aquelas que derivarem dela podem ser utilizadas.

C. O juiz, ao sentenciar o processo, pode fundamentar sua decisão exclusivamente com base nas provas produzidas em fase de inquérito policial.

D. O interrogatório, por se tratar de ato de defesa, não pode ser realizado novamente no mesmo processo.

E. O silêncio do acusado em seu interrogatório pode ser interpretado como confissão.

10. (ITEP-RN) Constatada a prática da violência doméstica e familiar contra a mulher, estão especificamente entre as condutas proibidas para o agressor, imputadas pela autoridade judicial:

A. a prestação de alimentos provisórios.

B. o contato com a ofendida, seus familiares e testemunhas por qualquer meio de comunicação.

C. o afastamento do lar, domicílio ou local de convivência com a ofendida.

D. a suspensão da posse do porte de armas.

E. a suspensão de visitas aos dependentes menores.

11. (MPE-MG) A propósito do direito ao reconhecimento, leia o texto a seguir:

“É possível falar em um direito fundamental ao reconhecimento, que é um direito ao igual respeito da identidade pessoal. Trata-se de um direito que tem tanto uma faceta negativa como outra positiva. Em sua faceta negativa ele veda as práticas que desrespeitam as pessoas em sua identidade, estigmatizando-as. Na dimensão positiva, ele impõe ao Estado a adoção de medidas voltadas ao combate dessas práticas e à superação de estigmas existentes.” (SARMENTO, Daniel. Dignidade da pessoa humana. 2. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2016. p. 257).

De acordo com o posicionamento doutrinário acima, as assertivas seguintes harmonizam-se com o direito ao reconhecimento, **EXCETO**:

A. As liberdades públicas são incondicionais, por isso devem ser exercidas de maneira absoluta, observadas as diretrizes definidas na própria Constituição Federal.

B. Há que se distinguir entre o discurso religioso (que é centrado na própria crença e nas razões da crença) e o discurso sobre a crença alheia, especialmente quando feito com o intuito de atingi-la, rebaixá-la ou desmerecê-la (ou a seus seguidores).

C. Para o transexual, ter uma vida digna importa em ver reconhecida a sua identidade sexual, sob a ótica psicossocial, a refletir a verdade real por ele vivenciada e que se reflete na sociedade.

D. Toda a axiologia constitucional é tutelar de segmentos sociais brasileiros historicamente desfavorecidos, culturalmente sacrificados e até perseguidos, como, por exemplo, o segmento dos negros e dos índios. Não por coincidência, os que mais se alocam nos patamares patrimonialmente inferiores da pirâmide social.

12. (TJ-RS) Sobre a proteção das pessoas dos filhos no Código Civil, assinale a alternativa **INCORRETA**.

A. O pai ou a mãe que contrair novas núpcias não perde o direito de ter consigo os filhos, que só lhe poderão ser retirados por mandado judicial, provado que não são tratados convenientemente.

B. As disposições relativas à guarda e prestação de alimentos aos filhos menores não se estendem aos maiores incapazes.

C. O pai ou a mãe em cuja guarda não estejam os filhos poderá visitá-los e tê-los em sua companhia, segundo o que acordar com o outro cônjuge ou for fixado pelo juiz, bem como fiscalizar sua manutenção e educação.

D. O direito de visita estende-se a qualquer dos avós, a critério do juiz, observados os interesses da criança ou do adolescente.

E. A guarda será unilateral ou compartilhada.

13. (TJ-RS) Acerca dos alimentos, pode-se afirmar corretamente que

A. a constituição de nova família pelo alimentante acarreta a revisão automática da quantia estabelecida em favor dos filhos advindos de união anterior, devendo ser reduzido o valor, em decorrência do dever de sustento que se estende a todos os filhos.

B. os alimentos devidos entre ex-cônjuges devem ter caráter excepcional, transitório e devem ser fixados por prazo determinado, exceto quando um dos cônjuges não possui mais condições de reinserção no mercado de trabalho ou de readquirir sua autonomia financeira.

C. são devidos alimentos ao filho maior quando comprovada a frequência em curso universitário, por força da obrigação parental de promover adequada formação profissional, mas não em caso de frequência a cursos técnicos.

D. os valores pagos a título de alimentos são insuscetíveis de compensação, mesmo quando configurado o enriquecimento sem causa do alimentando.

E. a responsabilidade dos avós de prestar alimentos aos netos apresenta natureza complementar e subsidiária, configurando-se sempre que não for cumprida adequadamente, independentemente da demonstração da insuficiência de recursos do genitor.

14. (TJ-BA) A manifestação de vontade pelo representante em relação ao representado

A. produz efeitos e valida negócio jurídico celebrado pelo representante, mesmo em conflito de interesses com o representado.

B. produz efeitos, mesmo em circunstâncias que extrapolem os limites de seus poderes.

C. não produz nenhum efeito.

D. produz efeitos, nos limites de seus poderes.

E. não produz efeitos, já que só se admite manifestação do representado.

15. (MP-MG) Assinale a alternativa **INCORRETA**:

A. Os aspectos essenciais da personalidade humana são caracterizados pela imaterialidade.

B. O companheiro homoafetivo ocupa, na linha sucessória, a mesma condição jurídica do cônjuge.

C. A condição, o termo e o modo são elementos acidentais do negócio jurídico, cuja inclusão depende da vontade das partes.

D. Como causa de impossibilidade da comunhão de vida, a tentativa de morte observa o preceito constitucional da presunção de inocência.

16. (Prefeitura de Vila Velha-ES) De acordo com o ECA, as medidas Específicas de Proteção previstas poderão ser aplicadas isolada ou cumulativamente, bem como substituídas a qualquer tempo. Na aplicação das medidas serão levadas em conta as necessidades pedagógicas, favorecendo sempre as medidas que visem ao fortalecimento dos vínculos:

A. familiares e comunitários.

B. amorosos e cidadãos.

C. institucionais e amorosos.

D. seguros e institucionais.

E. institucionais e comunitários.

17. (MP-CE) De acordo com as disposições do Estatuto da Criança e do Adolescente, promover e acompanhar ações de destituição do poder familiar é competência

A. do conselho tutelar.

B. da Defensoria Pública.

C. do centro de referência especializado de assistência social.

D. da vara da infância e da juventude.

E. do Ministério Público.

18. (MP-GO) O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), em seu artigo 86, define que a política de atendimento à criança e ao adolescente far-se-á por meio de um conjunto articulado de ações governamentais e não-governamentais, da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios. Sobre o tema, É incorreto afirmar:

A. A política de atendimento à criança e ao adolescente prevê que seja evitada a mobilização da opinião pública para sua definição, uma vez que pode gerar exposição desnecessária da criança e do adolescente, a quem é garantida proteção integral.

B. Dentre as diretrizes da política de atendimento à criança e ao adolescente está a criação de conselhos municipais, estaduais e nacional dos direitos da criança e do adolescente, órgãos deliberativos e controladores das ações em todos os níveis, assegurada a participação popular paritária por meio de organizações representativas, segundo leis federal, estaduais e municipais.

C. Uma das linhas de ação da política de atendimento de crianças e adolescentes é a realização de campanhas de estímulo ao acolhimento sob forma de guarda de crianças e adolescentes afastados do convívio familiar e a adoção, especificamente inter-racial, de crianças maiores ou de adolescentes, com necessidades específicas de saúde ou com deficiências e de grupos de irmãos.

D. Conforme alteração legislativa efetivada por meio da Lei n. 13.257, de 2016, foi incluída como diretriz da política de atendimento a crianças e adolescentes a especialização e formação continuada dos profissionais que trabalham nas diferentes áreas da atenção à primeira infância, incluindo os conhecimentos sobre direitos da criança e sobre desenvolvimento infantil.

19. (MPE-GO) Para efeitos legais, considera-se ato infracional a conduta descrita como crime ou contravenção penal praticada por criança ou adolescente. Sobre o assunto, assinale a afirmativa incorreta:

A. O adulto privado de liberdade em virtude de medida socioeducativa de internação será obrigatoriamente colocado em liberdade aos vinte e um anos de idade, podendo a autoridade judiciária proceder de ofício, sem a oitiva do Ministério Público;

B. Antes de iniciado o procedimento judicial para apuração de ato infracional, o representante do Ministério Público poderá conceder a remissão, como forma de exclusão do processo, atendendo às circunstâncias e consequências do fato, ao contexto social, bem como à personalidade do adolescente e sua maior ou menor participação no ato infracional;

C. A internação constitui medida privativa da liberdade, sujeita aos princípios de brevidade, excepcionalidade e respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento, não podendo exceder, em nenhuma hipótese, o prazo de 3 (três) anos;

D. Verificada a prática de ato infracional, a autoridade competente poderá aplicar ao adolescente as medidas de advertência, obrigação de reparar o dano, prestação de serviços à comunidade, liberdade assistida, inserção em regime de semi liberdade, internação em estabelecimento educacional e qualquer uma das previstas no art. 101, I a VI, do ECA.

20. (MP-PE) De acordo com as disposições do Estatuto do Idoso, a obrigação alimentar devida ao idoso é

A. dos seus descendentes e, subsidiariamente, do seu cônjuge ou companheiro, não podendo o idoso optar pelo prestador.

B. do seu cônjuge ou companheiro e, subsidiariamente, dos seus descendentes, não podendo o idoso optar entre eles.

C. dos seus descendentes ou do seu cônjuge ou companheiro, que serão designados em juízo.

D. solidária, não podendo o idoso optar pelo prestador, que será designado em juízo.

E. solidária, podendo o idoso optar pelo prestador.